ÍNDICE GERAL

OUTROS LIVROS DO AUTOR 5
ÍNDICE GERAL 19
PREÂMBULO 25

PARTE PRIMEIRA – 1820 @ 2023: MANTER O RUMO 27
CAPÍTULO I – Constitucionalismo Moderno Luso-Brasileiro 29
CAPÍTULO II – Retificar a Linguagem 31
CAPÍTULO III – 2022-2023: Revisão Constitucional Portuguesa e desafios Constitucionais Brasileiros 37

PARTE II – PRIMÓRDIOS DO CONSTITUCIONALISMO MODERNO EM PORTUGAL 43
CAPÍTULO I – Do Constitucionalismo Moderno 45
CAPÍTULO II – 1820, 1822: Uma Receção Constitucional Indireta 47
1. Mitanálise do Constitucionalismo Português 47
1.1. O paradoxo das receções. Dialética das teorias sobre as influências constitucionais 47
1.1.1. A tese da influência francesa 47
1.1.2. A tese da influência inglesa 48
1.1.3. Dialética teórica 49
1.1.4. Hipótese de conciliação teórica: as influências cruzadas 50
1.2. As Cortes Constituintes e a elaboração da Constituição 52
1.2.1. Os rumores de invasão e o mito do inimigo 52
1.2.2. Limitações às Cortes 52
1.2.3. A associação do novo poder constituinte à Igreja 53
1.2.4. O persistente mito do rei 54

1.2.5. O mito da separação dos poderes 55
1.2.6. Balanço mítico. Um mito positivo e um mito negativo das Cortes constituintes 56
1.2.7. O ataque contra os velhos mitos 62
2. A constituição de 1822: Análise das fontes 64
2.1. O constitucionalismo espanhol (de Cádis) e suas fontes 64
2.1.1. O conflito das interpretações sobre as influências 64
2.1.2. O mito da Constituição de Cádis 65
2.1.2.1. Mitificação e influência 65
2.1.2.2. O espetro constitucional e as influências em Portugal 66
2.1.2.3. O espetro constitucional e as influências em Espanha 66
2.1.2.4. As lições de Cádis. O mito de Cádis e o mito da Constituição de 1822 69
2.1.2.5. Renovar uma utopia francesa sob uma bandeira mítica espanhola 71
2.2. Presença estrangeira e originalidade na Constituição de 1822 72
2.2.1. Originalidade ou influência e sacralidade dos textos constitucionais num debate entre Borges Carneiro e Fernandes Tomás 72
2.2.2. O legado constitucional de 1640 73
2.2.3. Mito e Utopia: Originalidade e influência 73
2.2.4. Influência espanhola e influência francesa 74
2.2.5. Influência ou originalidade no texto constitucional de 1822. Uma comparação da Constituição Espanhola de 1812 e a Constituição Portuguesa de 1822, à luz do texto fundador francês de 1791 79
2.2.6. A influência de outros textos constitucionais franceses, para além do de 1791. A tese da influência francesa segundo Lopes Praça 84
2.2.7. A Constituição de 1822 e sua influência francesa: balanço 85
3. Mitocrítica do constitucionalismo português 86
3.1. As Fontes francesas: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789 e a Constituição de 3 de setembro de 1791 86
3.1.1. A Declaração enquanto narrativa e texto sagrado 86
3.1.2. Os mitos do Preâmbulo da Declaração 87
3.1.3. Os mitos nos artigos da Declaração. A importância da Lei 88
3.1.4. O esquema mítico geral da Constituição de 3-14 de setembro de 1791 90
3.1.5. Os mitos no texto da Constituição de 1791 90
3.2. As fontes espanholas: a Constituição de Cádis 91
3.2.1. Um texto mais conservador que o francês 91
3.2.2. A Utopia espanhola, a idade de oiro e o inimigo. Comparação com a constituição francesa de 1791 92

3.2.3. Vicissitudes dos mitos da Lei, da Nação e da Soberania 93
3.2.4. Os mitos constitucionalistas de sempre numa desmitificação por concretização 95
3.3. As influências e os Mitos na Constituição de 1822. Análise literal 96
3.3.1. As Influências 96
3.3.1.1. A origem mítica 96
3.3.1.2. A origem mítica e as influências 97
3.3.1.3. As Bases da Constituição 98
3.3.1.4. O Preâmbulo 108
3.3.1.5. Os artigos da Constituição são simples desenvolvimentos das Bases 110
3.3.2. Os mitos 111
3.3.2.1. Justificação metodológica 111
3.3.2.2. O Preâmbulo como narrativa mítica típica 111
3.3.2.3. O maior mito é o da constituição em si mesma. Aspetos da sacralização do constitucionalismo e do texto constitucional 112
a) O tempo 113
b) O espaço 113
c) A ação 114
d) As personagens 116
e) O narrador 118
3.3.2.4. Aspetos míticos dos poderes e da sua separação 120
3.3.2.5. Aspetos míticos dos direitos fundamentais 123
3.3.2.6. Aspetos míticos da soberania 129
3.3.2.7. Simbologia e ritualização 131

CAPÍTULO III – 1823, 1826... O Eterno Contorno 135
1. O mito liberal contra o mito absolutista. História da Carta de 1826 135
1.1. Aspetos políticos 135
1.1.1. Agonia e morte da Constituição de 1822 135
a) Uma agonia desde o nascimento: Inefetividade da Constituição de 1822 136
b) Da discussão das Bases da Constituição ao juramento do rei (1821-1822) 136
c) O problema brasileiro 138
d) Da morte do herói (Fernandes Tomás) e da revitalização das forças anticonstitucionalistas à "Abrilada" (19.XI.1822-30.IV.1824). Os factos e os mitos 139

1.1.2. Da crise da Constituição portuguesa de 1822 à Carta Constitucional de 1826. Nótula de história constitucional luso-brasileira 144
a) As tentativas de mudança da Constituição de 1822 144
a) 1. O projeto de 1823 144
a) 2. As Cortes tradicionais 150
b) O Brasil e o constitucionalismo português 152
b) 1. A situação constitucional do Brasil 152
b) 2. As relações entre Portugal e o Brasil e a influência constitucional brasileira em Portugal 154
b) 3. A Carta Constitucional Portuguesa de 1826. Síntese por racionalização 157
b) 4. A Carta Constitucional Portuguesa de 1826. Uma síntese por habituação? 158
2. Acontecimentos e Ideias 159
2.1. A liberdade e as liberdades: o absolutismo e os absolutismos 159
2.2. As constituições e os constitucionalismos 166
3. Análise do Projeto de 1823 e da Carta de 1826 167
3.1. O Projeto constitucional de 1823 167
3.1.1. Apreciação geral das influências 167
3.1.2. Análise dos mitos do Projeto 168
3.1.3. Os dois textos inacabados 169
3.2. A Carta Constitucional de 1826 171
3.2.1. Análise das influências 171
a) D. Pedro e as influências 171
b) O texto. A sua sacralidade 173
c) O poder moderador 176
d) A Carta Francesa e a Carta Portuguesa. Perspetiva de conjunto 180
e) Ecos da Carta Portuguesa em França 183
3.2.2. Análise dos Mitos 185
a) Transfiguração do mito do rei 185
b) A caixa de Pandora e a Serpente autofágica 187
c) O ritual da Carta 189
4. Nótula sobre a História subsequente 191

PARTE III – DIÁLOGO ATUAL COM O CONSTITUCIONALISMO VINTISTA 193
CAPÍTULO I – Das Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa 195
CAPÍTULO II – Dimensão Pessoal e Comunitária 199
CAPÍTULO III – Liberdade, Segurança, Propriedade 207

CAPÍTULO IV – Liberdade de Palavra 213
CAPÍTULO V – Igualdade 217
CAPÍTULO VI – Organização e Limites do Poder 221
CAPÍTULO VII – Conclusão 223

PARTE IV – O CONSTITUCIONALISMO DO FUTURO
OU DOS FUTUROS DO CONSTITUCIONALISMO 225
CAPÍTULO I – Constitucionalismo & Futuro 227
CAPÍTULO II – Constitucionalismo Moderno e Constitucionalismo Histórico 231
CAPÍTULO III – Algumas Narrativas Constitucionais. Portugal 235
CAPÍTULO IV – Algumas Narrativas Constitucionais. Alemanha 239
CAPÍTULO V – Mais Narrativas Constitucionais. De Volta à Língua Portuguesa 243
CAPÍTULO VI – A Advertência do Imperador 245

PARTE V – ATUALIDADE E DEFESA
DO CONSTITUCIONALISMO MODERNO 251
CAPÍTULO I – Constitucionalismo Moderno, Sempre 253
CAPÍTULO II – Defesa do Constitucionalismo Moderno
e Estado de Direito Democrático, Hoje 259

PALIMPSESTOS E AGRADECIMENTOS 269

PREÂMBULO

Talvez o destino ou a História tenham querido marcar o bicentenário da primeira constituição codificada em língua portuguesa (a Constituição portuguesa de 1822) com prenúncios de revisão constitucional – quiçá maximalista, contra o costume, depois da primeira – em Portugal, e grave agitação político-constitucional no Brasil, no rescaldo das eleições presidenciais. Em 2023 tudo se clarificará (crê-se e espera-se) numa e noutra das margens do grande lago Atlântico, que deverá mais unir que separar (para usar uma reminiscência de Fernando Pessoa, na *Mensagem*).

O presente livro, sem se embrenhar por ambos os fenómenos pontuais, com implicação constitucional, mas raiz fundamentalmente política, recorda pontos fundantes e fundacionais do constitucionalismo moderno, e especialmente a história (mítica e real – que se imbricam, aliás) da Revolução de 1820 e da Constituição que dela acabaria por nascer, assim como da Carta Constitucional, feita no Brasil por D. Pedro (IV em Portugal, I no Brasil), "herói dos dois mundos".

Procura desfazer alguns equívocos e finalmente reflete sobre o futuro do constitucionalismo moderno. Afinal, é possível continuar (ou retomar) a via de um Estado de Direito democrático e social (ou Estado Constitucional), ou será que um retrocesso (civilizacional até) é (será) inevitável?

Esta obra abre um projeto de publicação de estudos que procurarão repensar a nossa História Constitucional, fazendo dialogar materiais de pesquisas mais antigas, que recuam nomeadamente aos nossos doutoramentos nas Universidades de Paris e de Coimbra, com labores

mais recentes, designadamente até durante o nosso pós-doutoramento na Universidade de São Paulo (USP). Desejavelmente, procurar-se-ão ir dando a lume volumes que irão do constitucionalismo tradicional (a Constituição "natural") até ao sonho da criação futura de um Tribunal Constitucional Internacional.

Evidentemente, o ritmo do aparecimento destes tomos decorrerá das disponibilidades editoriais e pessoais: estas últimas, naturalmente, de tempo, saúde e forças, para mais dadas as obrigações assumidas na Magistratura judicial, que para nós estão e estarão sempre à frente de tudo, na importância, na ocupação e na premência. Mas a História editorial ensina que não parece dar sorte anunciar estes planos, que muito frequentemente não saem da gaveta, ou mesmo da cabeça dos autores. Oxalá consigam ultrapassar as várias barreiras.